

Análise da Gestão Financeira nas Micro e Pequenas Empresas de Osasco

Analysis of Financial Management in Micro and Small Enterprises Osasco

Recebido: 05/05/2015 – Aprovado: 05/06/2015 – Publicado: 27/06/2015
Processo de Avaliação: Double Blind Review

Michele Caroline Lima Formenti

Graduada em Tecnologia em Gestão Financeira
Faculdade de Tecnologia de Osasco – Fatec Osasco¹
michelle_formenti@globo.com

Isabel Cristina Silva Martins

Graduada em Tecnologia em Gestão Financeira
Faculdade de Tecnologia de Osasco – Fatec Osasco
isabel.csmartins@hotmail.com

Resumo: Este estudo visa identificar qual o perfil de Gestão Financeira nas Microempresas (MEs) e nas Empresas de Pequeno Porte (EPPs) do município de Osasco. Para o desenvolvimento desta pesquisa primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico dos assuntos relacionados ao tema, tais como: Definição de ME e EPP, Lei Geral, Aspectos Tributários, Modelo Contábil (ITG 1000), Controles Financeiros. A segunda etapa constituiu-se de pesquisa de campo em que foi elaborado um questionário para gestores das Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) do município, a fim de identificar qual o modelo de Gestão Financeira adotado. O estudo revelou que mais de 80% das MEs e EPPs realizam algum tipo de controle financeiro, seja por meio de sistemas informatizados ou planilhas eletrônicas e que a maior dificuldade encontrada na Administração Financeira destas empresas são: elevada carga tributária, concorrência acirrada e falta de mão de obra qualificada.

Palavras-Chave: Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; Controles Financeiros; Demonstrações Contábeis.

Abstract – *This study aims to identify the profile of the Financial Management in the Small Business in Osasco city. For development of this research was first done a bibliographic survey of issues related to the topic, such as: Definition of Small Business, General Law, Tax Aspects, Accounting Model (ITG 1000), Financial Controls. The second stage consisted of field research in which a questionnaire was prepared for Small Business managers of the*

¹ Autor para correspondência: Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo, Rua Pedro Rissato, 30, Vila dos Remédios, Osasco - SP, Brasil – CEP 06296-220.

municipality to identify the Financial Management model used. The study revealed that over 80% of Small Business perform some type of financial control, either by means of computer systems or electronic spreadsheets and that the greatest difficulty in Financial Management of these companies are: high taxes, tough competition and lack skilled labor.

Key Words: *Small Business; Financial Controls; Financial Statements.*

1 - INTRODUÇÃO

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) existem atualmente no Brasil mais de 6,3 milhões de empresas, sendo que a cada ano são criados aproximadamente 1,2 milhões de empreendimentos formais. As Microempresas (MEs) e as Empresas de Pequeno Porte (EPPs) representam mais de 99% destas empresas e são responsáveis por mais da metade dos empregos formais no País, sendo sua sobrevivência e desenvolvimento indispensáveis para a economia. Pesquisa publicada em 2013 pelo SEBRAE indica que 27% das empresas paulistas fecham em seu primeiro ano de atividade e a falta de um modelo de Gestão Financeira eficaz é uma das principais causas da mortalidade destas empresas.

Em um cenário econômico cada vez mais globalizado e competitivo, administrar e garantir que a liquidez dos recursos em caixa seja suficiente para honrar com os compromissos assumidos pelas empresas é fundamental para sua continuidade. Para Teixeira (2012, p.335) “a ausência de controles adequados pode gerar descasamentos de caixa e utilização de fontes de recursos inadequadas, levando a empresa à insolvência e por consequência findar suas atividades”.

Logo, a utilização de controles e demonstrativos é essencial na Gestão Financeira das empresas, visto que podem auxiliar o empresário na tomada de decisão e na adequação de questões como: ajuste no prazo de vendas e nos prazos de pagamentos aos fornecedores, gestão de custos, gestão de investimentos e redução ou aumento do estoque.

De acordo com dados do SEBRAE SP, 27% das empresas paulistas fecham em seu primeiro ano de atividade e entre as principais causas que levam ao fechamento destas empresas pode-se destacar: falta de planejamento prévio e gestão deficiente do negócio.

Este trabalho possui o objetivo geral de analisar, por meio dos controles e demonstrativos adotados, o modelo de Gestão Financeira utilizado pelas MEs e EPPs do município de Osasco e apresenta a seguinte problematização: Quais são os Controles

Financeiros utilizados pelas MEs e EPPs do município de Osasco? Quais são as Demonstrações Financeiras ou Contábeis (DFCs) elaboradas pelas MEs e EPPs do município de Osasco?

A escolha deste município para realização da pesquisa se deu em virtude da facilidade de acesso às empresas e ao fato de ser próximo da Capital e ter relações empresariais e comerciais muito fortes com a mesma.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

A continuidade e longevidade dos micro e pequenos negócios, além de ser essencial para o desenvolvimento econômico do país, é essencial para o desenvolvimento econômico e social do estado de São Paulo e do município de Osasco, visto que os mesmos representam mais de 90% das empresas do Estado de São Paulo e mais de 90% das empresas do município de Osasco.

Porte	Brasil		Estado de São Paulo		Osasco	
	2007	2012	2007	2012	2007	2012
Total	5.640.870 100,00%	6.405.122 100,00%	1.738.538 100,00%	1.959.077 100,00%	18.811 100,00%	20.793 100,00%
Microempresa	5.313.753 94,20%	5.961.402 93,07%	1.634.792 94,03%	1.823.861 93,10%	17.554 93,32%	19.187 92,28%
Pequena empresa	279.066 4,95%	378.218 5,90%	86.746 4,99%	112.961 5,77%	1.012 5,38%	1.275 6,13%
Média empresa	31.403 0,56%	41.890 0,65%	11.069 0,64%	14.058 0,72%	156 0,83%	216 1,04%
Grande empresa	16.648 0,30%	23.612 0,37%	5.931 0,34%	8.197 0,42%	89 0,47%	115 0,55%

Tabela 1 – Número absoluto de estabelecimentos por porte

Fonte: Adaptado DIEESE, 2014.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPE), instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, também conhecida como Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte prevê o tratamento diferenciado e favorecido às MPEs em âmbito nacional, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal. O principal objetivo desta lei é contribuir para o desenvolvimento e a aumento da competitividade das MEs e EPPs, auxiliando a geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia. Para o SEBRAE, os principais benefícios previstos nesta lei incluem a redução da burocracia para a abertura, alteração e fechamento de empreendimentos; a desoneração tributária das receitas de

exportação e substituição tributária; a redução da carga tributária e a simplificação dos processos de cálculo e recolhimento de impostos, através da criação Simples Nacional; o parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional; a preferência nas compras públicas; entre outros.

2.2 - MODELO CONTÁBIL (ITG 1000)

A ITG 1000 aprovada pela Resolução CFC N° 1.418/2012 dispõe sobre modelos contábeis para MEs e EPPs. Para fins desta Interpretação, entende-se como “Microempresa e Empresa de Pequeno Porte”, conforme o Art. 3° da Lei Complementar 123 (BRASIL, 2006), a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei n.º 10.406/02, que tenha auferido no ano calendário, no caso da ME, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e no caso da EPP, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). A conformidade com a ITG 1000 não desobriga as MEs e EPPs de registrar os atos e fatos que possam vir a alterar seu patrimônio, de acordo com os princípios de Contabilidade Geral.

A ITG 1000 estabelece procedimentos para escrituração (de acordo com o regime de competência) das receitas, despesas e custos do período, conforme o disposto no item 10:

Os lançamentos contábeis no Livro Diário devem ser feitos diariamente. É permitido, contudo, que os lançamentos sejam feitos ao final de cada mês, desde que tenham como suporte os livros ou outros registros auxiliares escriturados em conformidade com a ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.330/11.

Para casos não previstos nesta Interpretação, a entidade deve utilizar como referência a ITG 2000 – Escrituração Contábil e na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (ITG 1000, 2012, item11).

Conforme Santos e Veiga (2014, p.28):

As empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte devem elaborar, pelo menos, ao final de cada exercício:

- a. Balanço Patrimonial;
- b. Demonstração do Resultado do Exercício;
- c. Notas Explicativas.

Os autores afirmam ainda que estas empresas devem elaborar periodicamente um plano de contas, ainda que simplificado e manter o registro do livro diário das operações contábeis.

É importante destacar que na ITG 1000, ANEXO 4, há um Plano de Contas Simplificado como modelo para ser adotado para as MEs e EPPs.

2.3 – CONTROLES FINANCEIROS BÁSICOS

De acordo com Teixeira (2012) os controles financeiros básicos são os que estão diretamente relacionados às atividades de escrituração das atividades financeiras da empresa e são fundamentais para Gestão Financeira da empresa e para elaboração dos indicadores financeiros por fornecerem uma base de dados confiável. Teixeira (2012) destaca os seguintes controles, que estão ligados à escrituração das atividades financeiras, e são essenciais: diário de caixa, controle bancário, controle de contas a pagar e receber, controle de vendas e controle de estoques.

- A. Diário de Caixa:** Para o SEBRAE/MG, o diário de caixa controla e registra todas as entradas e saídas de recursos financeiros do caixa da empresa, sendo que seu principal objetivo é verificar se não existem erros de registros ou desvios de recursos.
- B. Controle Bancário:** Ainda de acordo com o SEBRAE/MG, o controle bancário registra, diariamente, todas as movimentações bancárias da empresa. Seu objetivo principal é controlar os débitos, créditos e saldos existentes na conta da empresa.
- C. Controle de Contas a Pagar:** Na definição de Gitman (2012) a administração das contas a pagar consiste no controle, realizado pela empresa, do prazo transcorrido entre a compra de matérias-primas e a efetivação do pagamento ao fornecedor. Este controle, se utilizado corretamente, auxilia o administrador/empresário a estabelecer as prioridades de pagamento, caso a empresa enfrente dificuldades financeiras, bem como permite ao mesmo avaliar e controlar o montante dos compromissos vencidos.
- D. Controle de Contas a Receber:** Segundo Neto e Silva (2009) as contas a receber dizem respeito aos créditos concedidos aos clientes, mediante uma promessa de

pagamento futuro. Sua finalidade é controlar os valores a receber, provenientes das vendas a prazo, bem como fornecer informações pertinentes ao total de valores a receber por cliente, entre outras.

E. Controle de Vendas: Para o SEBRAE/MG a principal finalidade do controle de vendas é acompanhar o volume de vendas diárias e o total de vendas acumuladas a cada mês. É uma ferramenta importante, pois ajuda o empresário a identificar se as metas e a projeção de vendas pré-estabelecidas estão sendo alcançadas.

F. Controle de Estoques: O controle de estoque auxilia no planejamento e decisões de compra, pois permite a identificação dos itens com maior e menor giro (saída), auxiliando o empresário ou administrador financeiro a direcionar os recursos para a compra dos produtos que realmente são necessários. De acordo com o SEBRAE/MG, este controle também permite: assegurar o suprimento necessário para atender à demanda dos clientes, manter o custo de armazenamento o mais baixo possível, auxiliar na política de preços de vendas, estimar custos das mercadorias vendidas, entre outros.

3 – METODOLOGIA

Para desenvolver este trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de realizar o levantamento bibliográfico dos assuntos relacionados ao tema, incluindo a legislação pertinente e um estudo de caso com levantamento de dados em campo. A natureza da pesquisa de campo é quantitativa, pois foram analisados os dados das empresas estudadas, utilizados para determinar o modelo de Gestão Financeira utilizado pelas empresas representadas por esta amostra.

Para a pesquisa de campo foi desenvolvido um questionário com 20 questões fechadas para aplicação aos empresários e ou responsáveis pela Gestão Financeira de MEs e EPPS no município de Osasco. O objetivo era coletar dados a fim de identificar quais os controles financeiros e quais DFCs eram elaboradas, bem como identificar outras variáveis, tais como: nível de instrução do responsável pela gestão, regime tributário adotado, setor de atuação e outros. O questionário foi aplicado em duas empresas com a finalidade de identificar

possíveis falhas e definir o formato final. Após a realização das devidas correções, o questionário final foi enviado a 150 empresas, sendo que 21 retornaram, por isso, pode-se afirmar que foi realizada uma pesquisa laboratorial com uma amostra por conveniência, porém não significativa.

4 – PESQUISA

Realizou-se a aplicação de um questionário, elaborado pelas autoras, com 20 questões fechadas aplicadas em uma amostra definida como teste, por conveniência e não significativa, de MEs e EPPs localizadas no município de Osasco. Trata-se, portanto, de uma pesquisa laboratorial. O questionário foi enviado por e-mail para 150 empresas, sendo que foi realizado contato telefônico com 30 destas empresas e entrevista com 3 empresários. No final houve retorno de 21 empresas, a limitação do número de questionários respondidos se deve às dificuldades encontradas para conseguir contato direto com os empresários e ou gestores da área financeira em virtude da falta de tempo/disponibilidade dos mesmos.

4.1 – PERFIL DAS EMPRESAS ANALISADAS

Conforme os dados apresentados na Tabela 2 e no Gráfico 1, as empresas analisadas são de 12 bairros diferentes, considerando que o município de Osasco possui 60 bairros. Assim, pode-se afirmar que a amostra analisada representa 20% do universo da pesquisa. Das 21 empresas analisadas, mais de 60 % são do setor Comercial e de Prestação de Serviços.

Setor	Quantidade	Percentual
Comércio	6	28,57%
Comércio e Prestação de Serviços	2	9,52%
Indústria	8	38,10%
Prestação de Serviços	5	23,81%
Total geral	21	100%

Tabela 2 – Setor de Atuação.
Fonte: Dados da Pesquisa.

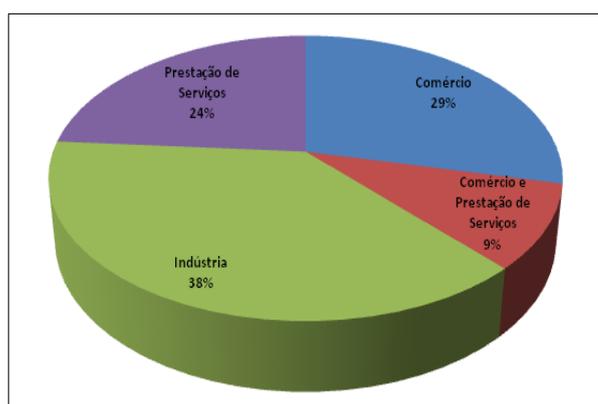


Gráfico 1 – Setor de Atuação.
Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com os dados coletados, 47,62% dos responsáveis pela Gestão Financeira das empresas possuem Ensino Superior Completo, conforme demonstram a Tabela 3 e o Gráfico 2.

Escolaridade do Responsável pela Área Financeira	Setor	Quantidade	Percentual
Ensino Fundamental Incompleto	Comércio	1	4,76%
	Comércio e Prestação de Serviços	1	4,76%
	Total	2	9,52%
Ensino Médio Completo	Comércio	1	4,76%
	Indústria	2	9,52%
	Total	3	14,29%
Ensino Superior Completo	Comércio	1	4,76%
	Comércio e Prestação de Serviços	1	4,76%
	Indústria	5	23,81%
	Prestação de Serviços	3	14,29%
	Total	10	47,62%
Ensino Superior Incompleto	Comércio	2	9,52%
	Indústria	1	4,76%
	Total	3	14,29%
Pós-graduação, MBA, Mestrado ou Doutorado	Comércio	1	4,76%
	Prestação de Serviços	2	9,52%
	Total	3	14,29%

Tabela 3 – Escolaridade do Gestor Financeiro por Setor de Atuação.
Fonte: Dados da Pesquisa.

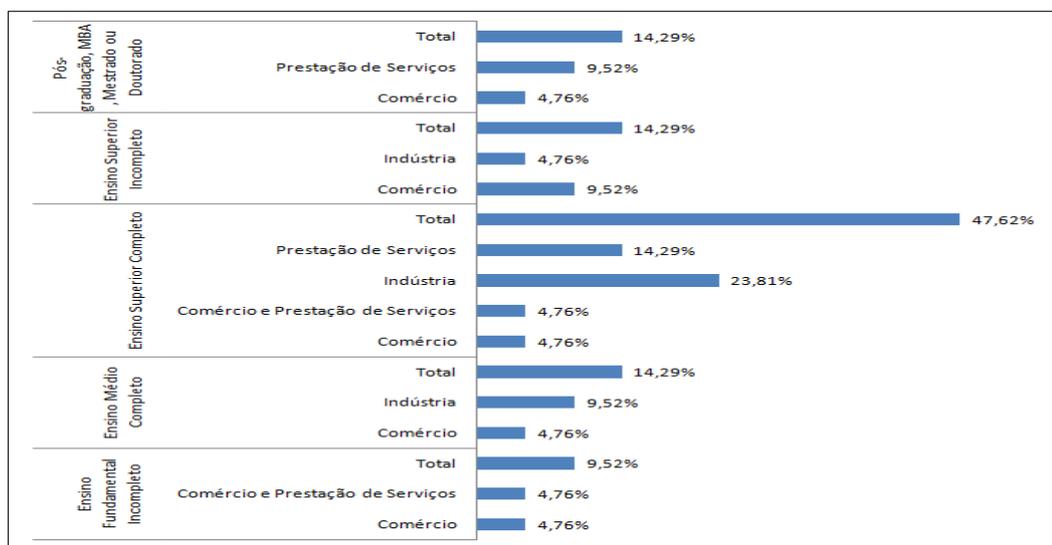


Gráfico 2 – Escolaridade do Gestor Financeiro por Setor de Atuação.
Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação ao tipo de empresa (natureza jurídica), mais de 50% das empresas foram constituídas como Sociedade Limitada e quase 29% foram constituídas como Empresário Individual.

Utilizando a tabela de classificação do SEBRAE, que define o porte da empresa de acordo com seu número de funcionários, pode-se afirmar que da amostra analisada, 57,14% das empresas são Microempresas e 42,86% são Empresas de Pequeno Porte, sendo que 61,9% destas empresas foram abertas há mais de 6 anos.

4.2 – PERFIL DA GESTÃO FINANCEIRA

Com base nos dados coletados, pode-se definir o perfil da Gestão Financeira realizada nas Micro e Pequenas Empresas do município de Osasco.

A. Plano de Negócio: A Tabela 4 e o Gráfico 3 mostram que mais de 47% das empresas analisadas não tiveram embasamento em um Plano de Negócios antes de sua abertura.

Plano de Negócio	Quantidade	Percentual
Não	10	47,62%
Não sabe responder	3	14,29%
Sim	8	38,10%
Total geral	21	100%

Tabela 4 – Plano de Negócios.
Fonte: Dados da Pesquisa.

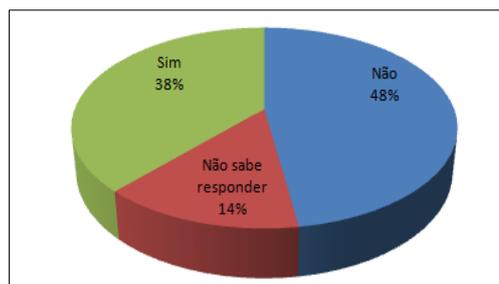


Gráfico 3 – Plano de Negócios.
Fonte: Dados da pesquisa.

B. Importância dos Controles Financeiros para Gestão da Empresa: Mais de 80% das empresas analisadas afirmaram que acreditam que a realização de Controles Financeiros é fundamental para a gestão da empresa, conforme demonstram a Tabela 5 e o Gráfico 4.

Controles financeiros são importantes para Gestão da sua Empresa?	Quantidade	Percentual
Concordo plenamente	18	85,71%
Concordo parcialmente	3	14,29%
Total geral	21	100,00%

Tabela 5 – Importância dos Controles Financeiros.
Fonte: Dados da Pesquisa.

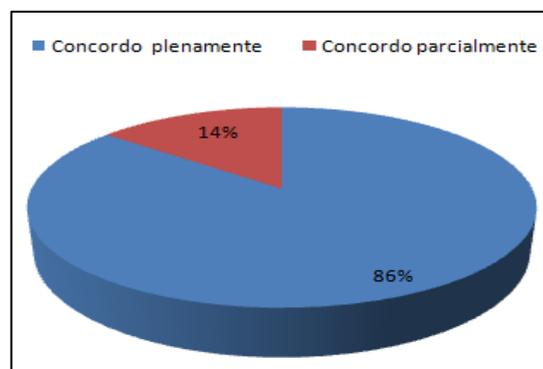


Gráfico 4 – Importância dos Controles Financeiros.

Fonte: Dados da Pesquisa.

C. laboração dos Controles Financeiros: De acordo com os dados demonstrados na Tabela 6 e no Gráfico 5, nota-se que há uma pequena diferença percentual (aproximadamente 10%) entre as empresas que elaboram controles financeiros por meio de planilhas eletrônicas e as empresas que elaboram controles financeiros por meio de algum sistema informatizado. É importante ressaltar que independente do meio utilizado, mais de 90% das empresas elaboram algum tipo de controle financeiro.

Elaboração Controles Financeiros	Quantidade	Percentual
Planilhas em Excel	11	52,38%
Sistemas/Programas	9	42,86%
Não controla	1	4,76%
Total geral	21	100,00%

Tabela 6 – Elaboração de Controles Financeiros.

Fonte: Dados da Pesquisa.

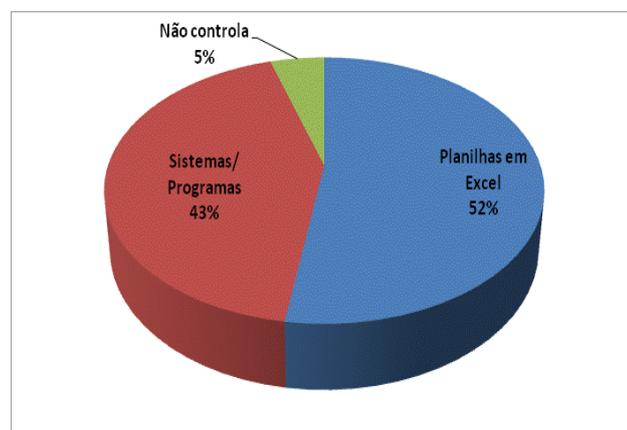


Gráfico 5 – Elaboração de Controles Financeiros.

Fonte: Dados da pesquisa.

D. Demonstrações Contábeis: Conforme mostram a Tabela 7 e o Gráfico 6, mais de 50% das empresas elaboram as Demonstrações Financeiras ou Contábeis (DFCs) que são exigidas pela ITG 1000, entretanto, 5% das empresas não elaboram nenhum Demonstrativo Contábil e 10% das empresas não elaboram as DFCs obrigatórias.

Descrição	Frequência	Percentual
Balanco Patrimonial	15	71%
DRE (Demonstrativo de Resultados)	12	57%
Notas Explicativas	5	24%
Não são elaboradas demonstrações contábeis/financeiras	1	5%
Outros - Planilha de Custo	1	5%
Outros - Relatórios Gerenciais	1	5%

Tabela 7 – Demonstrações Contábeis.

Fonte: Dados da Pesquisa.

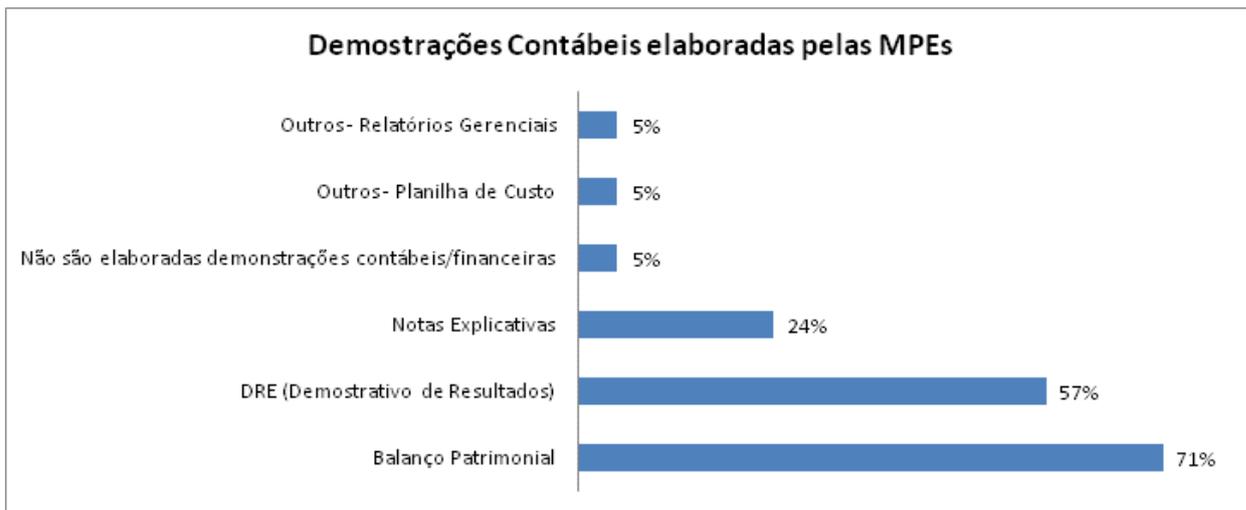


Gráfico 6 – Demonstrações Contábeis.

Fonte: Dados da Pesquisa.

E. Utilização das Demonstrações Contábeis: A Tabela 8 e o Gráfico 7 mostram que 81% das empresas analisadas afirmam utilizar os resultados das DFCs para avaliar se estão tendo lucro ou prejuízo, 62% afirmam que utilizam os resultados para tomada de decisões em relação ao direcionamento do negócio e 52% das empresas analisadas afirmaram que utilizam as demonstrações contábeis como uma ferramenta de apoio na definição das estratégias de vendas.

Descrição	Frequência	Percentual
Avaliar se a empresa está tendo lucro ou prejuízo	17	81%
Tomada decisão	13	62%
Definir estratégias de vendas	11	52%
Definir políticas de compras	6	29%
Solicitar financiamento bancário	6	29%
Não utiliza os resultados	2	10%

Tabela 8 – Utilização das Demonstrações Contábeis.

Fonte: Dados da Pesquisa.

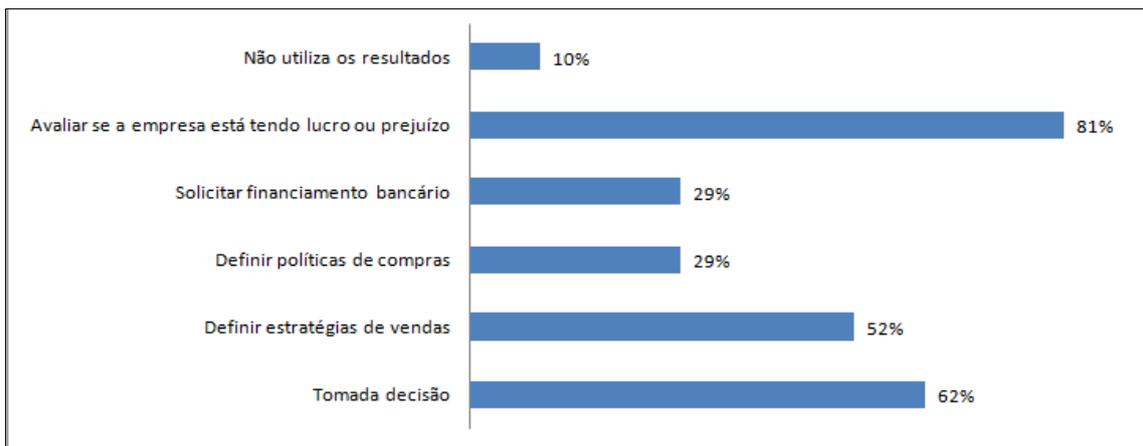


Gráfico 7 – Utilização das Demonstrações Contábeis.

Fonte: Dados da Pesquisa.

F. Avaliação da Situação Financeira: De acordo com os dados mostrados na Tabela 9 e no Gráfico 8, mais de 60% das empresas utilizam os seguintes controles financeiros para avaliar/controlar as finanças da empresa: Acompanhamento do Fluxo de Caixa, Acompanhamento Bancário e Acompanhamento das Contas a Pagar e a Receber.

Descrição	Frequência	Percentual
Acompanhamento do Fluxo de Caixa	19	90%
Acompanhamento Bancário	13	62%
Acompanhamento das Contas a Pagar	15	71%
Acompanhamento das Contas a Receber	13	62%
Controle do Estoque	8	38%
Controle das Vendas	8	38%
Avaliação dos Índices Econômicos- Financeiros (liquidez, endividamento, etc.)	6	29%
Não realiza nenhum Controle Financeiro	1	5%

Tabela 9 – Avaliação da Situação Financeira.

Fonte: Dados da Pesquisa.

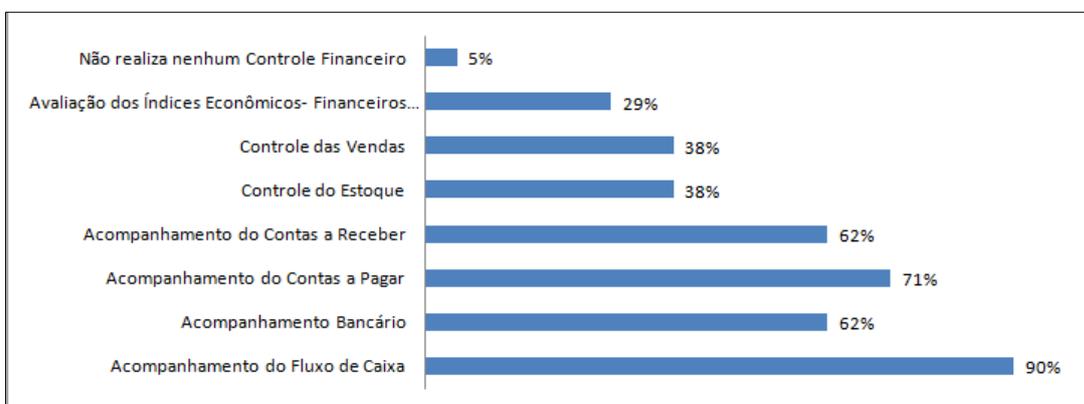


Gráfico 8 – Avaliação da Situação Financeira.

Fonte: Dados da Pesquisa.

G. Importância dos Controles Financeiros: De acordo com os dados coletados, os controles financeiros que as MEs e EPPs consideram muito importantes são: Fluxo de Caixa (86%), Vendas (71%), Contas a Pagar (67%), Bancário (57%) e Contas a Receber (52%). Para 10% das empresas analisadas a Demonstração de Resultado do Exercício é um controle pouco importante, bem como 14% das empresas analisadas consideram o Balanço Patrimonial e o Acompanhamento Bancário pouco importantes, conforme demonstram a Tabela 10 e o Gráfico 9.

	Muito Importante		Importante		Pouco Importante		Desnecessário	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Fluxo de Caixa	18	86%	1	5%	1	5%	1	5%
Contas a pagar	14	67%	7	33%	0	0%	0	0%
Contas a receber	11	52%	9	43%	0	0%	1	5%
Estoque	9	43%	5	24%	3	14%	4	19%
Vendas	15	71%	5	24%	0	0%	1	5%
Bancário	12	57%	6	29%	3	14%	0	0%
Balanço Patrimonial	6	29%	11	52%	3	14%	1	5%
DRE	9	43%	9	43%	2	10%	1	5%

Tabela 10 – Importância dos Controles Financeiros.

Fonte: Dados da Pesquisa.

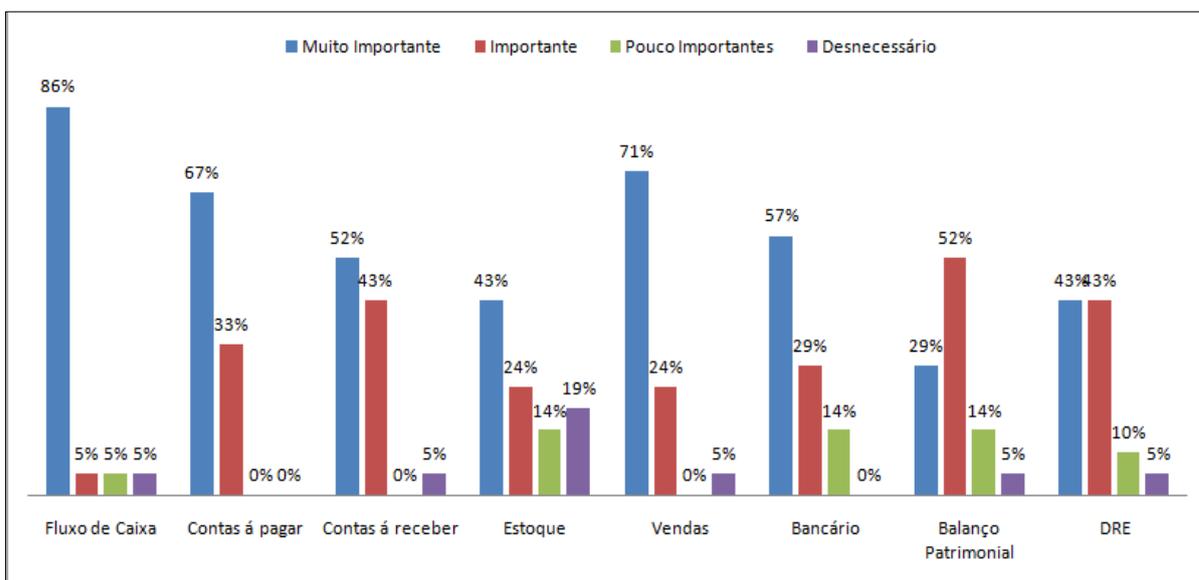


Gráfico 9 – Importância dos Controles Financeiros.

Fonte: Dados da Pesquisa.

H. Áreas consideradas difíceis de administrar: Os dados da Tabela 11 e do Gráfico 10 mostram as áreas que os empresários e/ou responsáveis pela Gestão Financeira têm mais dificuldade de administrar são: Fiscal e de Vendas; enquanto a Tabela 12 e o Gráfico 11 demonstram que as maiores causas apontadas para estas dificuldades são: falta de sistema adequado ao negócio, falta de mão de obra qualificada e falta de apoio do setor público.

Áreas	Frequência	Percentual
Fiscal	12	57%
Estoques	8	38%
Vendas	4	19%
Contas a Receber	2	10%
Contas a Pagar	1	5%
Fluxo de Caixa	1	5%
Outros - Nenhuma	1	5%

Tabela 11 – Áreas Difíceis de Administrar

Fonte: Dados da Pesquisa

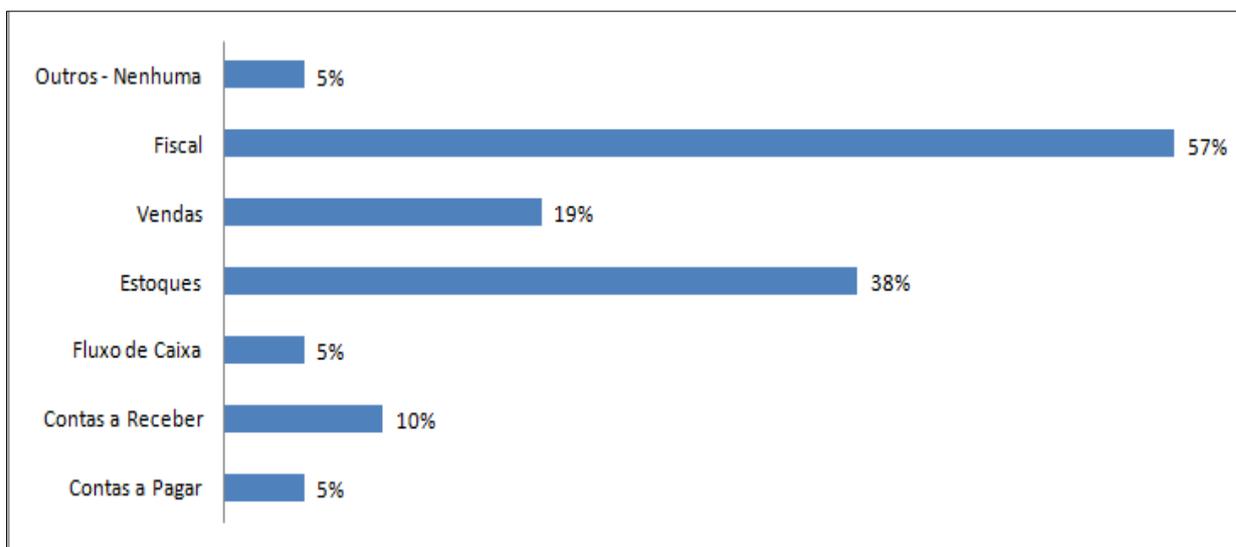


Gráfico 10 – Áreas Difíceis de Administrar.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Causas que dificultam administração	Frequência	Percentual
Falta de sistema/modelo de gestão adequado	11	52%
Falta de mão de obra qualificada	7	33%
Falta de apoio público	5	24%
Pouca experiência	4	19%
Falta de recursos financeiros (dinheiro/crédito)	3	14%
Outros – Nenhuma	1	5%

Tabela 12 – Causas que Dificultam a Administração destas Áreas.
Fonte: Dados da Pesquisa.

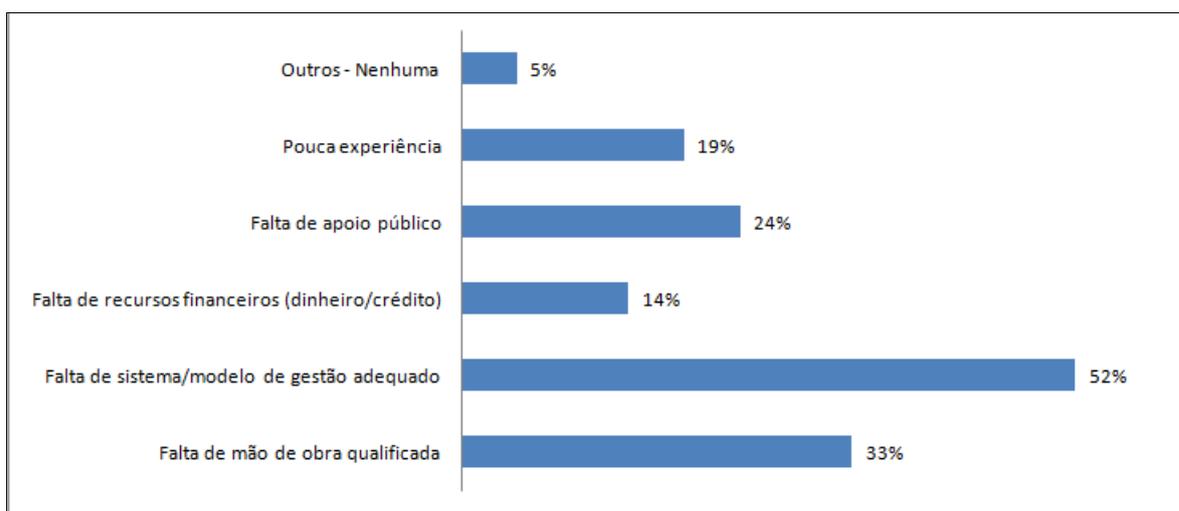


Gráfico 11 – Causas que Dificultam a Administração destas Áreas.
Fonte: Dados da Pesquisa.

I. Definição Preço de Venda: De acordo com os dados mostrados na Tabela 13 e no Gráfico 12, os preços de venda de 62% das empresas analisadas são definidos com base no custo, 48% são definidos com base em uma margem de lucro pré-definida e 43% são definidos com base no setor de atuação.

Descrição	Frequência	%
Com base no custo	13	62%
Com base em uma margem de lucro pré-definida	10	48%
Com base no mercado de atuação	9	43%

Tabela 13 – Definição do Preço de Venda.

Fonte: Dados da Pesquisa.

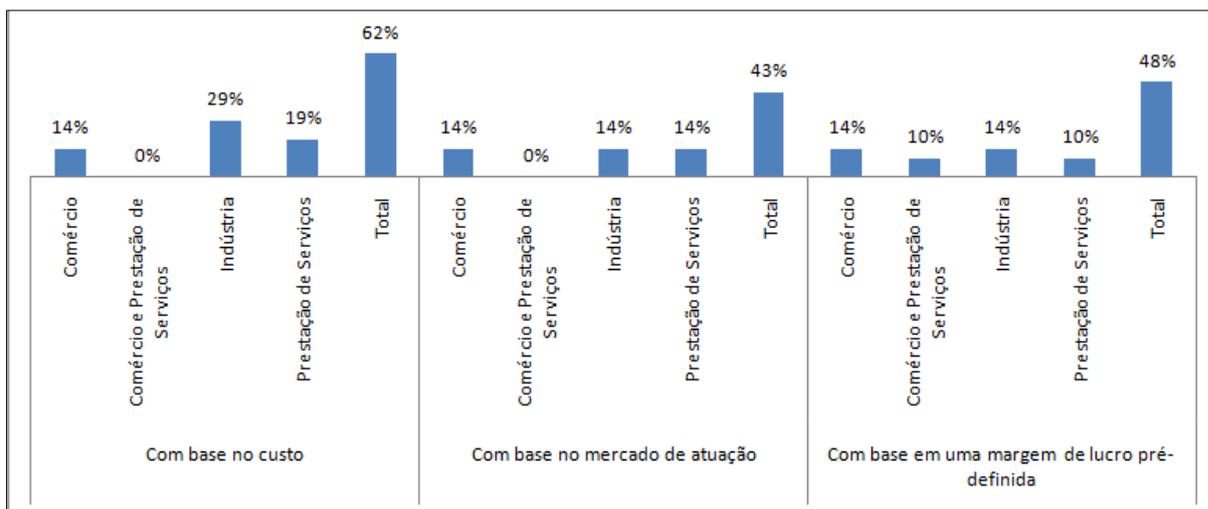


Gráfico 12 – Definição do Preço de Venda.

Fonte: Dados da Pesquisa.

J. Outras Informações: A Tabela 14 e o Gráfico 13 mostram que 95% das empresas afirmaram que possuem cadastro de clientes, 81% possuem cadastro de fornecedores e controlam os custos das mercadorias/serviços vendidos, 33% afirmam que, antes de uma venda, não consultam as informações dos clientes junto aos órgãos de proteção ao crédito e não realizam uma análise para verificar se é viável adquirir alguma máquina e/ou equipamento.

Sobre sua empresa é possível afirmar que:	Sim	%	Não	%
Possui cadastro de clientes	20	95%	1	5%
Possui cadastro de fornecedores	17	81%	4	19%
Antes de uma venda consulta as informações dos clientes junto aos órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC)?	14	67%	7	33%
Antes de realizar uma compra de ativo fixo (maquinas, equipamentos e outros) é feita uma análise para verificar o prazo para recuperação do valor (R\$) investido?	14	67%	7	33%
A empresa possui controle dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços ofertados?	17	81%	4	19%

Tabela 14 – Outras Informações.
Fonte: Dados da Pesquisa.

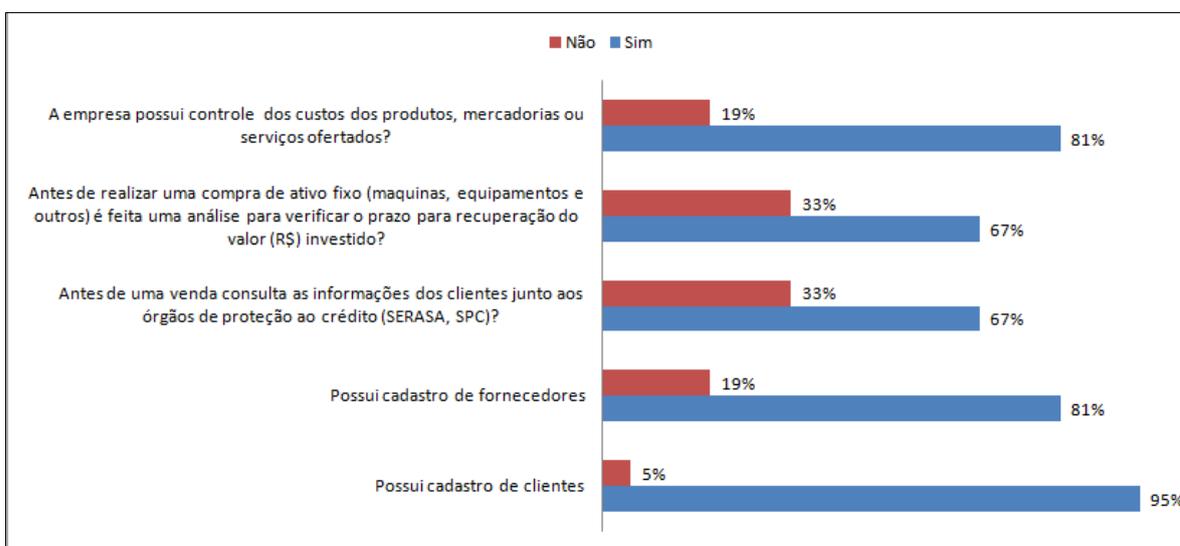


Gráfico 13 – Outras Informações.
Fonte: Dados da Pesquisa.

K. Responsáveis pela administração das áreas: Quanto à Administração Financeira, em 95% dos casos analisados, é elaborada pela própria empresa, já a Administração Contábil e Fiscal, em mais de 65% da amostra, é realizada por uma contabilidade terceirizada, conforme dados da Tabela 15 e do Gráfico 14.

	Própria empresa	%	Contabilidade	%	Terceiros	%	Não é realizada	%
A administração financeira é realizada	20	95%	0	0%	0	0%	1	5%
A administração contábil é realizada	4	19%	16	76%	0	0%	1	5%
A administração fiscal é realizada	5	24%	14	67%	1	5%	1	5%

Tabela 15 – Gestão Contábil, Fiscal e Financeira.

Fonte: Dados da Pesquisa.

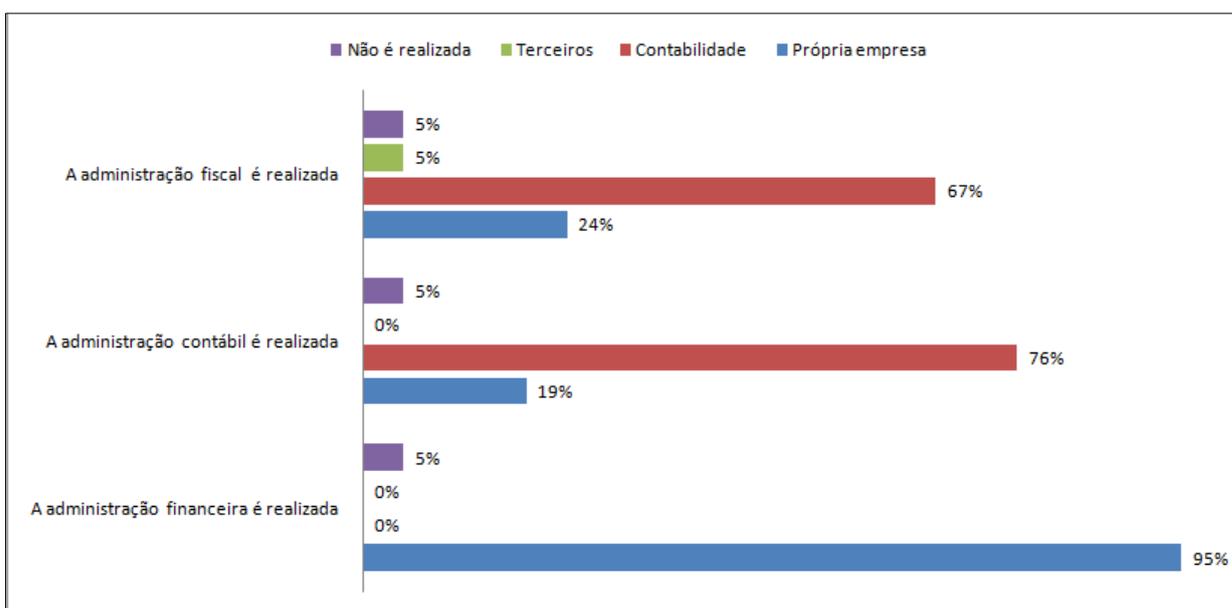


Gráfico 14 – Gestão Contábil, Fiscal e Financeira.

Fonte: Dados da Pesquisa.

L. Maior dificuldade enfrentada na Administração Financeira: De modo geral, os dados evidenciados na Tabela 16 e no Gráfico 15 demonstram que em 71% da amostra a maior dificuldade encontrada para Gestão Financeira é a elevada carga tributária. Outras dificuldades na Administração Financeira nas MEs e EPPs são: o aumento da concorrência (29%), a falta de mão de obra qualificada (24%) e as dificuldades para efetuar a correta gestão do Fluxo de Caixa (24%).

Descrição	Frequência	%
Alta carga tributária	15	71%
Concorrência acirrada	6	29%
Falta de mão de obra qualificada	5	24%
Dificuldades para gerir o fluxo de caixa	5	24%
Falta de recursos financeiros (dinheiro/crédito)	4	19%
Pouca experiência no setor de atuação	3	14%
Dificuldades para administrar custos e definir preços	2	10%
Falta de uma ferramenta de gestão e/ou de controles financeiros	1	5%
Falta de conhecimento	1	5%

Tabela 16 – Avaliação Geral das Dificuldades da Gestão Financeira.

Fonte: Dados da Pesquisa.

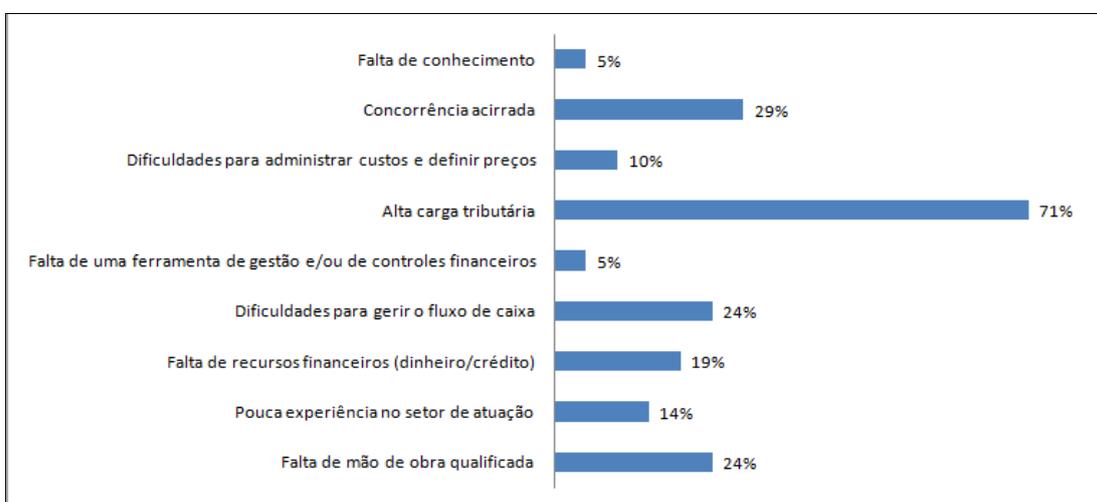


Gráfico 15 – Avaliação Geral das Dificuldades da Gestão Financeira.

Fonte: Dados da Pesquisa.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que 61,90% das MEs e das EPPs do município de Osasco são do setor de Comércio e Prestação de Serviços e, apesar de ter sido baseada em uma pequena amostra, não representativa, este dado está de acordo com o último estudo publicado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco (SDTI) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em agosto de 2011 chamado “Perfil das Micro e Pequenas Empresas no Município De Osasco” que informava que mais de 80% das MPes do município são destes setores (Comércio e Prestação de Serviços). Com base neste dado, pode-se afirmar que o desenvolvimento e longevidade destas empresas são fundamentais para o desenvolvimento econômico do município de Osasco. Em

relação ao perfil do responsável pela Gestão Financeira nas MPEs, nota-se que mais de 47% possuem ensino superior completo, entretanto, 23,81% possuem apenas o ensino médio ou ensino fundamental incompleto, o que pode impactar diretamente no modelo de gestão da empresa. Por exemplo, dentre as empresas que o gestor financeiro tem até o ensino médio (23,81%), a única Demonstração Contábil elaborada é o Balanço Patrimonial, sendo que há casos onde nenhuma Demonstração Contábil é realizada. Vale ressaltar que mesmo nos casos onde o Balanço Patrimonial é realizado, este é feito por uma contabilidade terceirizada.

Este trabalho revela também que mais de 80% das MPEs dependem de uma contabilidade terceirizada para fazer a Gestão Contábil e Fiscal de suas empresas e que, apesar dos incentivos do governo e da criação do Simples Nacional, a maior dificuldade apontada para a Administração Financeira é a alta carga tributária. A falta de mão de obra qualificada também é apontada como uma das dificuldades enfrentadas na Administração Financeira das MPEs, o que pode ser explicado pelo fato da média de salários pagos nas MEs e EPPs serem, segundo a pesquisa “Perfil das Micro e Pequenas Empresas no Município de Osasco”, menores do que os pagos pelas médias e grandes empresas.

Outro ponto importante observado neste trabalho é o fato de que 43% das empresas analisadas afirmaram que definem o preço de venda de suas mercadorias ou dos serviços oferecidos com base no mercado de atuação, o que pode ser uma das causas da baixa rentabilidade destas empresas, visto que para se determinar o preço de venda devem ser consideradas outras variáveis importantes, como o custo, por exemplo.

Vale ressaltar que, apesar de mais de 80% das empresas afirmarem realizar os controles financeiros básicos, estes controles são feitos, muitas vezes, de modo simplificado e sem grandes critérios, o que pode levar a erros de interpretação dos dados e conseqüentemente a perda de rentabilidade.

Um trabalho realizado no México intitulado “*Un estudio comparativo del perfil financiero y administrativo de las pequeñas empresas en México: entidades del Estado de México, Hidalgo, Puebla, Sonora y Tamaulipas. Resultados finales escritos por investigadores de 5 universidades*” encontrou resultados parecidos com os desta pesquisa, tais como: concorrência desleal, falta de capacitação de recursos humanos, problemas de gestão e administração, entre outros (CALZADA E AUBERT, 2015). O referido estudo ainda enfatiza que dentre as dificuldades que as PMEs encontram, destaca-se a falta de um Plano de

Negócios, o que torna difícil obter financiamentos e coordenar de forma eficiente os recursos físicos e humanos, gerando uma operação mais difícil e atrasos em seu crescimento.

Para pesquisas futuras, sugere-se aplicar esta pesquisa a um número maior de MPEs para verificar se haverá alterações significativas nos resultados apresentados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Publicado em 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. Constituição Federal – Código Comercial, Tributário Nacional, Processo Civil, Civil (Excertos) e Legislação Complementar. São Paulo, Manole, 2005.

CALZADA, H e AUBERT, M. Un estudio comparativo del perfil financiero y administrativo de las pequeñas empresas en México: entidades del Estado de México, Hidalgo, Puebla, Sonora y Tamaulipas. Resultados finales. Revista del Centro de Investigación. Universidad La Salle 2010, 9 (Enero-Junio). Disponível em: <<http://www.uaeh.edu.mx/investigacion/producto.php?producto=3791>>, acesso em 18 de mai. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.418, de 05 de dezembro 2012. Aprova a ITG 1000-Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Brasília – DF. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001418>, acesso em 20 out. 2014.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E OSASCO. Estudo Temático II: Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual no município de Osasco. DIEESE: Osasco, julho/2014. Disponível em: <<http://geo.dieese.org.br/osasco/download.php?ce=361>>, acesso em 20 out. 2014.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E OSASCO. Perfil Das Micro E Pequenas Empresas No Município De Osasco. DIEESE: Osasco, agosto/2011. Disponível em: <<http://geo.dieese.org.br/osasco/download.php?ce=244>>, acesso em 20 out. 2014.

GITMAN, L. J. *Princípios de Administração Financeira*: 12. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

SANTOS, F. A. e VEIGA, W. E. *Contabilidade: com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas*. São Paulo: Atlas, 2014.

SEBRAE MG - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. (s.d.). Disponível em: <www.sebraemg.com.br>, acesso em 10 out. 2014.

SEBRAE SP - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo. (s.d.). Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/>>, acesso em 10 de out. de 2014.

TEIXEIRA, K. (2012). Controles Financeiros em Micro, Pequenas e Médias Empresas. In: BARROS NETO, J. P. e SOUZA, G. *Manual do Empreendedor de Micro e Pequenas Empresas*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011. p. 335-350.